

## **EM DEFESA DE UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E A INOVAÇÃO**

O aumento do impacto da ciência e da tecnologia brasileiras nas últimas décadas, com aplicações relevantes em vários setores da economia nacional, é inegável e foi possível graças a políticas de longo prazo, implementadas por agências federais e estaduais. O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, que celebrou seu trigésimo aniversário no ano passado, tem exercido um papel essencial nesse processo.

Esse ciclo foi recentemente interrompido por cortes substanciais nos orçamentos do MCTI e do MEC, que paralisam redes de pesquisa, reduzem a oferta de bolsas, precarizam a investigação científica, a inovação e a educação. Na esfera estadual, as Fundações de Amparo à Pesquisa sofrem com atrasos de repasses que prejudicam bolsistas e projetos de pesquisa e são ameaçadas, seja por propostas de redução da dotação orçamentária constitucional, seja pela cobrança de resultados imediatos, ignorando tanto a dinâmica da ciência como os inúmeros benefícios para a população que decorreram de pesquisas financiadas por essas mesmas agências.

Exemplos de outros países evidenciam que é errado justificar com a crise econômica os cortes nos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação. Em meio à crise global, a China vai investir pesadamente em C & T, projetando um investimento de 2,5% do produto interno bruto para 2020, com a esperança de que a inovação ajude o país a enfrentar a sua desaceleração econômica. A Europa planeja alcançar um investimento de 3% do PIB em 2020. O Brasil hoje aplica menos de 1,5% do PIB. A proposta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) é de aumentar gradativamente o investimento até ser atingido o percentual de 2% em 2020, horizonte que não será alcançado se vigorar a política atual de cortes nessa área.

Consideramos, portanto, preocupante quando programas partidários de governo não vislumbram Ciência, Tecnologia e Inovação como um instrumento imperativo para alavancar o desenvolvimento econômico e social do país.

A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) consideram fundamental que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e suas agências sejam preservados em eventuais reformas administrativas, e que seus dirigentes mantenham um diálogo constante com a comunidade científica e estejam sintonizados e comprometidos com o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação, em benefício da sociedade brasileira.

A ABC e a SBPC sempre estiveram e continuarão abertas para colaborar na construção de uma Política de Estado para apoiar o avanço da Ciência, da Tecnologia e da Inovação Tecnológica no Brasil.

Rio de Janeiro e São Paulo, 6 de maio de 2016

LUIZ DAVIDOVICH, Presidente da ABC  
HELENA NADER, Presidente da SBPC